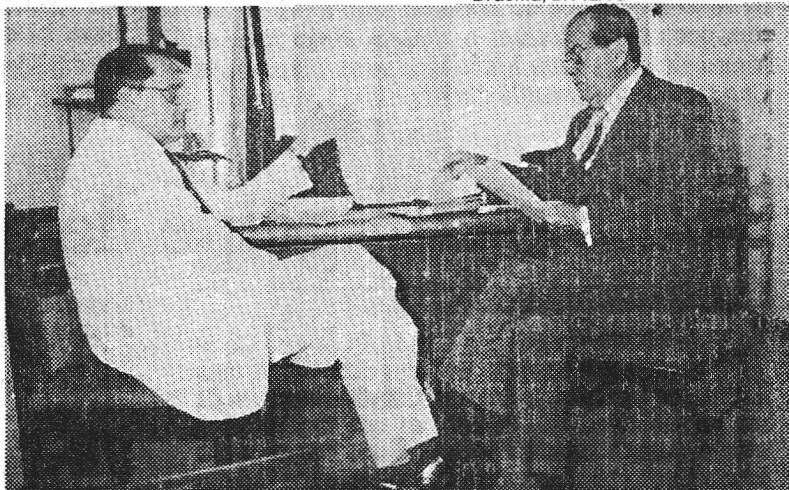


CPI não esgota a lista de nomes denunciados

A duas semanas do prazo para apresentação do relatório final, a CPI do Orçamento decidiu adotar, a partir de quarta-feira, regime de três turnos, para ouvir até o dia 10 quatro ex-ministros e 21 parlamentares. A “maratona brutal mas necessária”, segundo o deputado Aloizio Mercadante (PT-SP), exigirá a tomada de até seis depoimentos por dia. Mas não esgotará a lista de nomes apresentada pelo economista José Carlos Alves dos Santos ao denunciar, em outubro passado, o tráfico de emendas na Comissão de Orçamento do Congresso. Pressões políticas dentro da CPI livraram três governadores envolvidos: Joaquim Roriz (DF), Edson Lobão (MA) e João Alves (SE).

Um bilhete enviado a José Carlos, quando este dirigia o Departamento de Orçamento da União, deixou sem saída o deputado Carlos Benevides (PMDB-CE) e seu pai, senador Mauro Benevides (PMDB-CE). Após cobrar liberação de recursos da Secretaria de Desenvolvimento Regional e do DNER, o deputado compromete os Benevides na despedida do bilhete: “Continuamos, papai e eu, aguardando sua manifestação”. O deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), relator da CPI, faz segredo do número de cassações que pedirá no relatório. Já decidiu, porém, propor a extinção da Comissão de Orçamento, para evitar que “muito dinheiro e poder nas mãos de poucos acabe em corrupção”.

Brasília, 27/12/93 — Arnildo Schulz



Magalhães (E) e Passarinho, relator e presidente, discutem datas